

CONJUNTURA / Indicador de atividade calculado pelo Banco Central sobe 1,14% em junho, mas alta no trimestre é de apenas 0,12%. Para analistas, números mostram recuperação em relação ao tombo de 2020, mas ainda estão longe de indicar retomada consistente da economia

Avanço ainda em ritmo lento

» FERNANDA FERNANDES

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br) apontou alta de 1,14% em junho, na comparação com o mês anterior. O resultado veio acima do esperado pelos analistas. Mas na comparação do segundo trimestre com os três primeiros meses do ano, o indicador, considerado uma prévia do comportamento do Produto Interno Bruto (PIB), mostrou estabilidade, com avanço discreto de 0,12%.

De acordo com os dados do BC, no acumulado em 12 meses, houve avanço de 2,33%. Já na comparação de junho passado com junho de 2020, o avanço foi de 9,07%. Se observado o mesmo trimestre do ano passado, o crescimento foi ainda maior, com alta de 13,17%.

Os aumentos expressivos na comparação por período podem indicar a retomada da economia, após os estragos causados pela pandemia de coronavírus no país. No entanto, o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, observou que o cenário ainda é de recuperação, mas não exatamente de crescimento.

Segundo explicação de Campos Neto, os 9% de avanço no IBC-Br em junho, na comparação com o mesmo período do ano passado, são equivalentes ao que o Brasil gastou com medidas para atenuar os efeitos da pandemia.

"O Brasil gastou em torno de 9% do PIB. Essa estratégia foi boa para atenuar a recessão, ajudar a recuperação mais rápida, mas não garante que o crescimento estrutural vai ser mais alto. Pelo contrário, a tendência é de que seja prejudicado", disse o presidente do BC durante o 4º encontro Folha Business.

O IBC-Br é um indicador importante, mas os resultados oficiais do PIB são divulgados trimestralmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A diferença entre as pesquisas é que o indicador do BC traz estimativas para agropecuária, indústria, setor de serviços e impostos, mas não considera a demanda, incluída na pesquisa do IBGE. Os dados do PIB referentes ao segundo trimestre de 2021 serão divulgados pelo IBGE somente em 1º de setembro.

Ambos os indicadores mostram que o Brasil tem se recuperado do "tombo" da pandemia desde maio do ano passado, com o retorno da indústria e das atividades de bens e serviços. No mês passado, o governo federal ele-

vou a expectativa de crescimento do PIB em 2021 para 5,3%. O BC segue com uma previsão mais discreta de crescimento, de 4,6%.

"O mercado projeta um crescimento mais forte este ano do que o previsto pelo BC. A gente começa a ver, de fato, parte de serviços que estava com uma performance pior, se recuperando, lembrando que serviços são dois terços da economia, então, isso é bastante importante", reforçou Campos Neto.

Para 2022, porém, a maioria das previsões a respeito do PIB é de crescimento bem menos acentuado — e as estimativas têm diminuído. Ontem, por exemplo, a consultoria MB Associados reduziu de 1,8% para 1,4% a projeção de alta no próximo ano, seguindo movimento de outras instituições, como o Itaú Unibanco que, na quinta-feira, reduziu a expectativa para 1,5%.

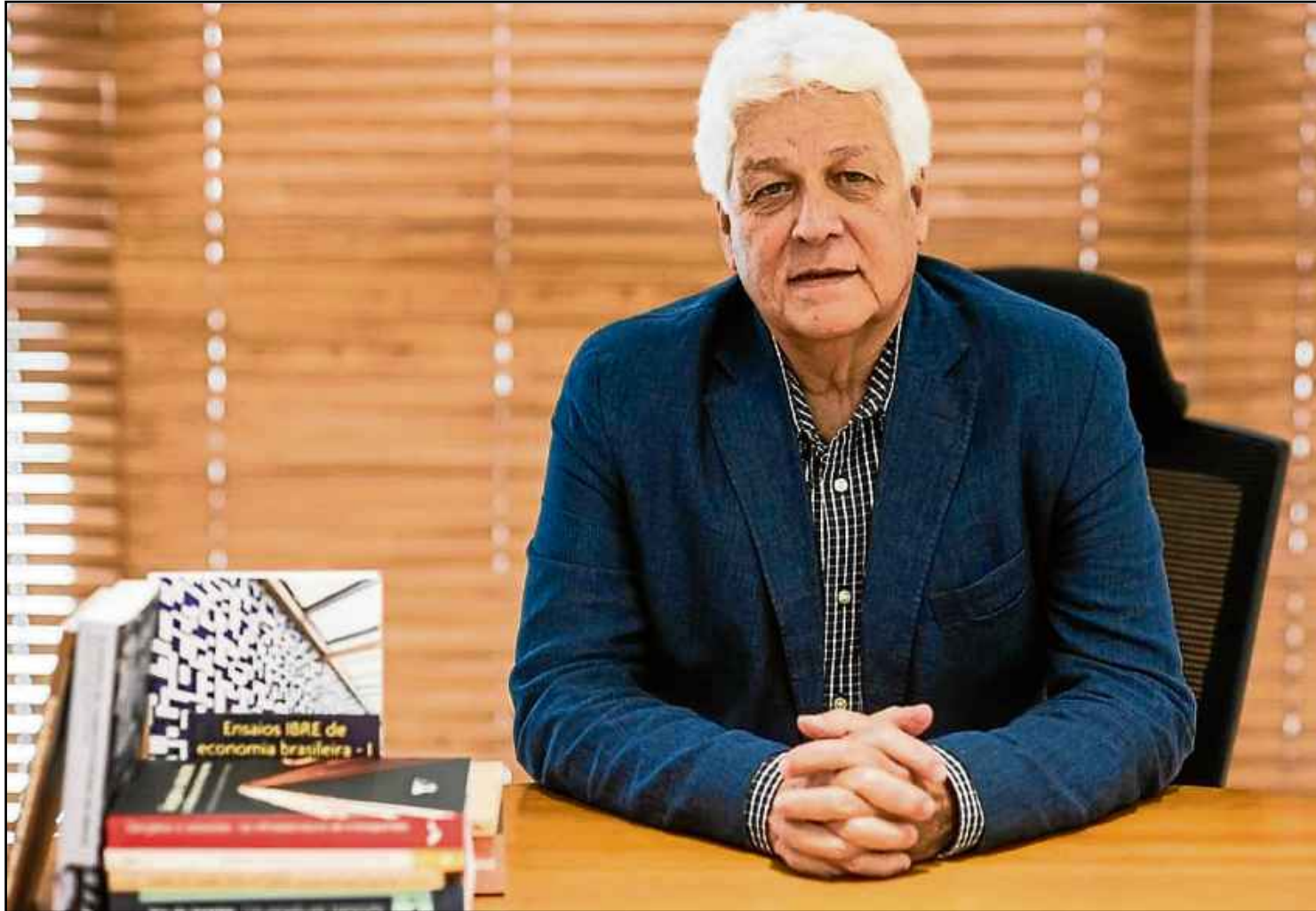
Desastre

O doutor em economia e pesquisador associado ao Instituto Brasileiro de Economia (Ibre-FGV), Cláudio Considera, afirma que é natural que os números do PIB sejam positivos neste ano, considerando que 2020 foi marcado pela fase mais crítica para a economia durante a crise sanitária de covid-19. "O ano passado foi um desastre total. Um exemplo é o transporte aéreo, que vem subindo consideravelmente, porque foi um setor que praticamente desapareceu em 2020", explicou.

Ainda assim, para Considera, as estimativas do mercado financeiro estão altas demais. "É possível que tenha um crescimento de 4% este ano, vamos estar recuperando os 4% que caiu no ano passado, mas não acredito nesses 5% e 6,5% como alguns analistas estão falando. Houve um certo exagero", disse o pesquisador.

Para Roberto de Góes Ellery Júnior, economista e professor da Universidade de Brasília (UNB), é difícil avaliar se a alta de junho é uma tendência ou foi apenas um aumento pontual, o que é comum na economia, especialmente no setor de serviços. "Depende da dinâmica da pandemia que, infelizmente, ainda não acabou. O efeito da pandemia não se resume a leis de distanciamento social, mas se deve ao comportamento das pessoas e à incerteza que tende a reduzir investimento e a compra de bens duráveis", explicou. (Colaborou Rosana Hessel)

FGV/Divulgação



Para Cláudio Considera, pesquisador do Ibre-FGV, estimativas do mercado financeiro para o crescimento do PIB são exageradas

2,33%

Alta do IBC-Br acumulada em 12 meses

Guedes: "Rico tem que pagar imposto"

» ROSANA HESSEL

Isac Nóbrega/PR - 3/5/21



Para o ministro da Economia, projeto de reforma do IR corrige falhas

O ministro da Economia, Paulo Guedes, resolveu partir para o ataque em defesa do projeto de lei que reforma o Imposto de Renda e está provocando uma série de críticas de estados, municípios e entidades empresariais. Segundo o ministro, a proposta é importante, porque vai tributar em 20% os dividendos, pegando uma fatia mais abundante da população que hoje não é tributada.

"Você não tem que ter vergonha de ser rico no Brasil, mas rico tem que ter vergonha de não pagar imposto. É um absurdo isso", afirmou Guedes, em entrevista à rádio Jovem Pan, defendendo uma padronização de práticas internacionais. Segundo ele, um empresário que recolhe 27,5% de Imposto de Renda do empregado não pode querer pagar zero de imposto sobre o rendimento do capital. "O estado brasileiro foi capturado. Virou uma fábrica de desigualdades e de privilégios", afirmou.

Ele criticou as aposentadorias do setor público, "que garante aposentadoria 10 vezes maior do

que a maioria dos brasileiros" e a política de campeões nacionais, "que privilegiou o crédito barato do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para grandes empresas". "Há muito barulho", acrescentou,

defendendo a proposta de reforma tributária do governo "em capítulos".

De acordo com Guedes, há 25 anos, os rendimentos sobre o capital não pagam impostos no Brasil. "Justamente os super-ri-

cos, que vivem de dividendos e a classe média alta estão sendo convidados a contribuir", disse ele, citando que apenas Brasil, Letônia e Estônia não tributam dividendos. Segundo ele, o Chile, que está na vanguarda justamente com esse tipo de política, cobra 40% sobre os dividendos, mas cobra 10% no lucro das empresas e o Brasil vai aplicar uma das "menores alíquotas" praticadas no mundo ocidental. De acordo com o ministro, quem não paga vai pagar, mas quem tá pagando não vai pagar mais, "desde que todos paguem".

De acordo com Guedes, o governo quer reduzir "drasticamente" a tributação sobre as empresas e tributar mais a renda da pessoa física, pois, no ano passado, foram pagos R\$ 400 bilhões em dividendos e quem recebeu não pagou um centavo de imposto. "É importante o Brasil dar um sinal de que vai passar a tributar menos as empresas, desonerando empresas e os assalariados", declarou. Segundo ele, 20 mil pessoas que receberam esses R\$ 400 bilhões de dividendos é que estão fazendo barulho.

CB.AGRO

DF se destaca com café de alta qualidade

» EDUARDO FERNANDES*

O Distrito Federal tem se consolidado como um importante polo produtor de café, e o consumo do produto tem se consolidado cada vez mais no coração dos brasilienses. Entrevistada ontem no *CB.Agro*, programa realizado pelo *Correio Braziliense* em parceria com a TV Brasília, a professora de gastronomia do Instituto Federal de Brasília (IFB), Ana Paula Jacques Caetano explicou que melhorias e investimentos estão sendo feitos para que profissionais continuem evoluindo em relação ao cultivo, plantio e colheita do café. Para Ana Paula, o DF é beneficiado pela elevada altitude e pelo clima seco e chuvoso, que fazem o café ter mais qualidade.

Segundo a professora, os produtores locais vêm se destacando e ganhando importância no cenário cafeeiro do país, tanto a nível nacional quanto internacional. "Nossos produtores estão recebendo prêmios e sendo reco-

nhecidos mundialmente", disse Ana Paula. Mas o processo da cadeia evolutiva do café vai muito além disso, afirmou, e, no final, o importante é que o produto tenha qualidade para chegar aos mercados e para o consumidor. O café, lembrou a professora, é uma das commodities mais essenciais da produção agrícola brasileira, tendo em vista de que há muito tempo tem uma relação afetiva com a população.

Segundo Ana Paula, a produtividade anual de Brasília é quase o dobro da média nacional. E, apesar de o DF não ter um território tão grande de plantio, algo em torno de 500 hectares, o crescimento é cada vez mais nítido. "Quando a gente investir cada vez mais em pesquisa, assistência técnica no campo, profissionalização, pode ser um eixo estratégico para atuação profissional e mostrar que podemos levar a nossa cultura e identidade para todo mundo", frisou.

Idealizado pela professora,

Ed Alves/CB/D.A Press



Ana Paula idealizou programa para mapear rede de produção e comercialização do produto em Brasília

com o IFB, o programa Mapa Afetivo dos Cafés de Brasília é um projeto que começou há um ano. Segundo ela, cafeterias, fazendas e micro torrefadoras foram localizadas com a ajuda de uma rede colaborativa e de monitores do Instituto. A primeira edição ocorreu este

ano e a resposta do público foi extremamente positiva. "Ficamos supercontentes com o retorno do público e das cafeterias. Podemos perceber jovens brasilienses empreendedores, que viram na cadeia produtiva do café uma oportunidade de dar dinâmica a outros lugares

que não faziam parte deste circuito gastronômico", disse.

O Mapa identificou mais de 60 estabelecimentos no Distrito Federal, como cafeterias, torrefadoras e produtoras. No projeto, também há quatro fazendas que produzem café orgânico e abastecem diversos estabelecimentos

no Distrito Federal. De acordo com Ana Paula, além de profissionais do ramo, as fazendas recebem turistas. A mais tradicional, e também a que mais recebe visitas, se localiza no Lago Oeste. A expectativa é de que o programa tenha atualizações e novas edições, o que será importante para mapear novos lugares e identificar pontos com a ajuda do consumidor.

Os critérios para a inserção da cafeteria dentro do programa são simples e baseados na experiência final de quem os visita. "O critério é que o consumidor, além da experiência de usufruir do café e do local, tenha um rastreio com o produtor, identifique o grão do café para ter um olhar mais atento sobre a bebida, conheça e trajetória do grão à xícara, e possa se tornar mais consciente sobre esse processo", explicou.

O Instituto Federal de Brasília também conta com o projeto Comida para pensar, também liderado pela Professora Ana Paula. É um laboratório de pesquisa e projetos que tem como proposta provocar reflexões sobre o papel do cozinheiro e do alimento no mundo contemporâneo.

*Estagiário sob supervisão de Odail Figueiredo